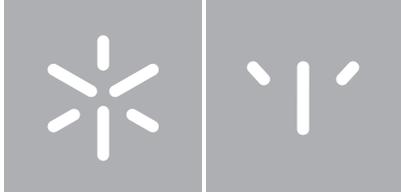




Universidade do Minho

Escola de Psicologia



Universidade do Minho

Escola de Psicologia

Dissertação de Mestrado

Declaração

Nome: Agostinho Vieira Oliveira

Endereço eletrónico: agostinhooliveira09@hotmail.com

Telemóvel: +351 966 982 539

Número do cartão de cidadão: 00833170

Título do projeto: Efeito educativo do acolhimento num lar de crianças: Um estudo de caso

Orientação: Professor Doutor Pedro José Sales Luís da Fonseca Rosário

Ano de conclusão: 2019

Designação do Mestrado: Mestrado em Temas de Psicologia da Educação

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO, APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, 30/04/2019

Assinatura:



Índice

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	iv
Abstract.....	v
Efeito educativo do acolhimento num lar de crianças: Um estudo de caso.....	6
Enquadramento da instituição em estudo.....	7
Análise ao Regulamento do LIJ da Associação.....	8
Método.....	9
Participantes e procedimentos de recolha de dados.....	9
Resultados.....	10
Discussão.....	11
Conclusão.....	15
Referências.....	16
Anexo 1.....	17
Anexo 3.....	19
Anexo 4.....	21
Anexo 5.....	22

Agradecimentos

Para a realização do trabalho contamos com a ajuda de algumas pessoas às quais, desde já, gostaria de deixar uma palavra de agradecimento; a começar pelos colegas do curso de mestrado. Manifesto um especial agradecimento à Associação alvo de estudo. Não posso deixar de mencionar o apoio à diretora da Associação, sem o qual o trabalho não teria sido possível. Sem dúvida que é o elemento motriz deste projeto tão especial. Deixo aqui o meu reconhecimento grato. Também pretendo deixar uma palavra de agradecimento ao Professor Doutor Pedro Rosário, pela orientação cuidada e atenta, assim como às investigadoras do grupo de investigação GUIA, sempre disponíveis e atentas, Doutora Armanda Pereira e Doutora Jennifer Cunha. Mencionar um agradecimento especial à minha família, pelo incentivo e apoio neste projeto que tem sido a aventura no mestrado, mas também ao longo dos anos.

Efeito educativo do acolhimento num lar de crianças: Um estudo de caso

Resumo

O acolhimento em instituições é uma solução para crianças/jovens em risco. É objetivo estudar os efeitos da ação do Lar de uma Associação no sucesso educativo de crianças/jovens fragilizados, verificando se a intervenção é uma estratégia eficaz e a replicar enquanto medida de educação e integração social. Foi analisado o motivo do acolhimento, o enquadramento escolar e medidas de apoio, a situação problema no acolhimento, a alteração comportamental e a situação atual. A amostra são 10 utentes do Lar (9.5 ± 4.4 , 18.8 ± 3.8 anos de idade, respetivamente no início e fim do acolhimento). Os dados obtiveram-se por consulta de cada Plano Individual. Os resultados indicam uma diversidade na idade de ingresso e término do acolhimento no Lar, e problemáticas e contexto difícil de vida antecedendo o acolhimento, embora com etiologia díspar. A ação no Lar ao longo do acolhimento promoveu uma alteração positiva no envolvimento escolar, com mais sucesso e expectativas alargadas dos participantes para o seu percurso escolar. Identifica-se uma valorização da Escola e do saber. Cada utente evoluiu favoravelmente face ao seu problema inicial e contexto. Os resultados ajudam a compreender a dinâmica dos procedimentos e a possibilidade da mudança.

Palavras-chave: acolhimento institucional, acolhimento em lar, estudo de caso

Educational effect of a children shelter reception: A case study

Abstract

Reception in institutions is one of the solutions for children at risk. The study aims to analyze the effects of the Association shelter on the educational success of weakened children. It was analyzed the reason for the reception, school context and support measures, the problem in the reception, the behavioral change and the current situation. The sample is 10 children or young people with past at the shelter (9.5 ± 4.4 , and 18.8 ± 3.8 , respectively beginning and end of the reception). Data were gathered by consulting each user Individual Plan. The results indicate diversity regarding the age of admission and conclusion of the reception at shelter. They present in common a problematic and difficult context of life preceding the reception, although with different etiology of problems in each participant. The change in the school involvement during the reception was positive, with improvement in the school success and expectations. There is a trend towards valorization of the School and the knowledge. Each child or young person has evolved favorably according to their initial problem and specific context. The results help to understand the dynamics of procedures and the possibility of change.

Keywords: reception in institutions, institutional shelter, case study

Efeito educativo do acolhimento num lar de crianças: Um estudo de caso

A colocação de crianças e jovens fora do contexto de família é uma medida educativa muitas vezes necessária e singular. As respostas de acolhimento extrafamiliar devem ser entendidas no quadro de um sistema global, integrado e coerente – o sistema de proteção infantil – diferenciado e multimodal, com soluções de vários formatos, intensidades e perfis específicos (Martins, 2005). O relatório CASA de 2016, no qual o Instituto de Segurança Social – Instituto Público (ISS-IP, 2017) caracteriza anualmente a situação de acolhimento em Portugal, descreve 8,175 crianças e jovens em situação de acolhimento em 2016, distribuídas por 310 Casas de Acolhimento. A análise à qualidade e aos efeitos do acolhimento das crianças e jovens em instituições de solidariedade social é, pois, uma problemática que requer uma peculiar atenção quanto ao seu acompanhamento. Coloca-se em equação a educação e inserção social, enfrentando a igualdade de oportunidades para uma sociedade altamente especializada e exigente. As soluções que se apresentam são diversas.

Como possibilidades surgem a medida de apoio através de família de acolhimento e a institucionalização da criança através de contextos mais ou menos restritos. A importância do acolhimento residencial em instituição como medida funcional, principal solução empregue no nosso país, torna evidente a necessidade duma intervenção de qualidade, adequada e diferenciada, ajustada às necessidades das crianças e jovens acolhidos. Destaca-se a lógica do carácter transitório que o acompanhamento residencial deve assumir, a par de um acompanhamento constante à família da criança ou jovem, ajudando e fortalecendo as práticas parentais de modo a garantir todas as oportunidades de preservação familiar (Simões, 2011). Complementarmente, e de acordo com Martins (2015), o acolhimento residencial deve revestir-se de um conjunto de características: a capacidade de oferecer aquilo que caracteriza um ambiente familiar emocionalmente estável, protetor e estruturado, procurando sempre a aposta em práticas adequadas, individualizadas e terapêuticas, de modo a promover o desenvolvimento pessoal de cada um; ser flexível e capaz de se adaptar às especificidades de cada criança promovendo uma educação adequada, espaços familiares adequados, relações afetivas estáveis com os adultos responsáveis e uma rotina diária personalizada.

Nesta linha de ação temos visto o desenvolvimento de diversos projetos com enquadramento legal, desenvolvidos na sua especificidade e inseridos nas suas comunidades, para responder às necessidades de acolhimento residencial em instituição. Um destes exemplos é o projeto duma Associação da região Norte de Portugal. De um ponto de vista objetivo, importa contextualizar a instituição e, a partir duma análise concreta, avaliar as virtudes e debilidades duma institucionalização de crianças e jovens vividas em caso

específico. Da análise de caso realizada será possível concluir sobre a eficácia das respostas associadas à intervenção institucional perante o perfil e necessidade dos seus utentes. A preocupação que surge investigar, radica em saber se as crianças que foram institucionalizadas e beneficiaram da intervenção na Associação alcançaram sucesso educativo.

A Associação incorpora um projeto de Lar de Infância e Juventude (LIJ). Segundo o documento consultado acerca da Associação, o LIJ é uma resposta social criada na década de 90, no âmbito de um acordo de cooperação realizado com o Centro Distrital de Segurança Social, visando o apoio a crianças e jovens (dos zero aos 18 anos), em situação de emergência, perigo ou negligência, retirados aos seus agregados familiares de origem por decisão das CPCJ ou do Tribunal, surgindo da necessidade de uma estrutura residencial que garantisse o pleno cumprimento dos direitos, proteção, bem-estar, desenvolvimento integral, cidadania ativa e reintegração social da criança e jovem, num ambiente normativo de vida, próximo de um ambiente familiar harmonioso e afetuoso, e que respeitasse a sua individualidade (Associação, 2014).

É objetivo do presente trabalho analisar os efeitos da ação estratégica desenvolvida pelo LIJ no sucesso educativo de crianças e jovens fragilizados, verificar se a intervenção da Associação foi positivamente diferenciadora no percurso educacional das crianças e jovens analisadas, e analisar se a ação educativa da Associação se constitui como uma estratégia a ser valorizada e a replicar como medida de educação e integração social.

Enquadramento da instituição em estudo

A Associação em estudo “tem por fim a cooperação com as comunidades locais na realização dos seus objetivos de desenvolvimento social e cultural” (Associação, 2014). A instituição tem o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social há vários anos, encontra-se legalizada e apresenta estatutos próprios.

A missão da Associação é a de “cooperar com as comunidades locais no seu desenvolvimento integrado e sustentado, procurando melhorar as condições de vida das populações, no plano individual e coletivo, numa perspetiva de promoção da cidadania ativa e da inclusão social” e a visão estabelecida é a de “crescer na promoção da inclusão social e da cidadania ativa, como organização inovadora de referência reconhecida pela integridade e ética profissional, assentando a sua prática no princípio fundamental de que as populações são os sujeitos do seu desenvolvimento social” (Associação, 2014). Para desenvolver as suas respostas sociais, esta instituição possui diversos serviços, designadamente o LIJ, o Serviço

de Atendimento e Acompanhamento Social, Centros de Atividades nos Tempos livres, e o Centro Comunitário. O LIJ é a resposta social da Associação que é objeto do presente estudo.

Análise ao Regulamento do LIJ da Associação

O projeto LIJ da Associação é objeto de enquadramento legal e de um claro regulamento interno de funcionamento, o qual visa promover o respeito pelos direitos das crianças e jovens e demais interessados, assegura a divulgação e cumprimento das regras de funcionamento e promove a participação ativa das crianças e jovens. Deste modo, serão garantidos “os princípios orientadores da intervenção do LIJ, centrados na criança, visando a sua proteção, promoção e participação” (Associação, 2016, p. 1).

Do documento acima citado fica claro que os princípios orientadores da intervenção do LIJ assumem valias como o superior interesse da criança acolhida, afetividade, participação ativa e cidadania, corporização do direito à família no LIJ, privacidade, intervenção imediata e oportuna, respeito pela família e reforço das suas competências, reintegração das crianças/jovens nos diferentes domínios, entre outros. Existe, pois, uma preocupação específica, onde o centro da ação é colocado na criança ou jovem.

Os serviços e atividades do LIJ são o acolhimento, o alojamento, a alimentação e os cuidados pessoais, o acompanhamento e a promoção do desenvolvimento integral da criança e do jovem, a autonomização e a integração sociofamiliar. As atividades do lar visam uma ação no acompanhamento escolar, na organização e na promoção dos tempos livres, nos períodos de férias, nos dias festivos, na integração nas iniciativas da comunidade, nos programas de vida saudável, entre outras, estimulando a criação e consolidação de laços afetivos e de proximidade entre pares.

Além do Regulamento Interno de Funcionamento da Associação definir as condições do processo de admissão, o processo de acolhimento (acolhimento, alojamento, horários e rotinas, alimentação, cuidados pessoais), o processo de acompanhamento e de desenvolvimento individual, o processo de autonomização e de integração sociofamiliar, e os direitos e deveres, define a existência do processo individual. O processo individual é um instrumento dinâmico iniciado na admissão da criança ou jovem, sendo constituído por diversos documentos representativos de um trabalho contínuo, assim como por vários registos e diligências no sentido de definir e operacionalizar o projeto de vida e através do qual são definidos e proporcionados face às eventuais necessidades, apoios educativos individualizados, o acompanhamento pessoal, social e afetivo, pedagógico, psicológico, económico e profissional.

Método

Participantes e procedimentos de recolha de dados

As crianças e jovens participantes no estudo foram selecionadas de entre os casos mais representativos da instituição. Para alcançar os nossos objetivos, analisaremos o percurso de 10 crianças e jovens acolhidas no LIJ da Associação. As suas idades de ingresso no acolhimento variaram entre os dois anos e os 17 anos, sendo a idade média do início de acolhimento de 9.5 ± 4.4 anos, e a do fim de acolhimento de 18.8 ± 3.8 anos. Representam um número médio de 9.8 ± 5.2 anos de acolhimento. Sete dos casos já se encontram numa fase de arquivo, estando os restantes numa fase ativa do acolhimento.

Dada a natureza exploratória deste trabalho, a amostra incluiu 10 participantes com mais anos de institucionalização. O tamanho da amostra foi decidido no início do estudo, ainda numa fase em que não tinham sido identificados os participantes. O nome dos participantes no estudo foi mantido anónimo. A confidencialidade dos dados foi assegurada por uma codificação atribuída a cada participante, apenas conhecida pelo investigador e pela diretora técnica da instituição. A informação alusiva aos participantes selecionados foi compilada na tabela que consta do Anexo 1.

A recolha de informação foi efetuada por etapas. Numa primeira etapa, os dados referentes às dez crianças alvo do estudo foram obtidos através da secretaria da instituição. Estes dados foram preenchidos num quadro. Este documento reporta variáveis úteis à identificação e obtenção de dados de cada participante. A informação foi reunida pela diretora técnica da instituição, conhecedora em detalhe dos percursos das crianças e jovens acolhidos, com a colaboração do autor do presente estudo. Foi consultado o processo individual de cada utente. O processo individual da criança ou jovem admitido “é um instrumento dinâmico, iniciado na sua admissão; é constituído por diversos documentos representativos de um trabalho contínuo, assim como por vários registos e diligências realizadas no sentido de definir o seu projeto de vida” (Associação, 2016, p. 4). A recolha da informação sobre os participantes foi realizada entre julho e outubro de 2018.

Numa segunda etapa, os dados obtidos no quadro inicial (Anexo 1) foram transpostos para a base de dados Microsoft Excel™. A informação foi agrupada em função dos temas de análise. Nesta etapa, a informação em falta detetada foi recolhida através de uma nova consulta, seletiva, ao processo individual da criança. No final da base de dados estar preenchida, a mesma foi enviada para a diretora técnica da instituição para confirmação da informação compilada. Embora nesta fase pudessem ser corrigidos erros, tal não foi necessário. O acordo, ainda que não calculado com ferramentas estatísticas, foi quase perfeito.

Após este momento a informação recolhida foi considerada validada. A partir da base de dados foram elaboradas as tabelas que são apresentadas no capítulo dos resultados do estudo.

Variáveis para análise

As seguintes variáveis foram objeto de análise para obtenção inicial da informação: (a) codificação da criança, salvaguarda do seu anonimato, e identificação geral, nomeadamente idade no acolhimento, ano de escolaridade e enquadramento geral; (b) motivo do acolhimento; (c) situação problema da criança ou jovem no acolhimento; (d) intervenção; (e) alteração ao longo do acolhimento; (f) idade do término do acolhimento, (g) estado da sua situação e medida; (h) situação atual.

Os dados obtidos de acordo com as variáveis acima mencionadas permitiram definir os seguintes temas de análise da situação das crianças e jovens participantes no estudo: (i) caracterização geral, (ii) motivos do acolhimento, (iii) enquadramento escolar e medidas de apoio, (iv) situação problema no acolhimento, (v) e alteração comportamental ao longo do acolhimento e situação atual.

Resultados

Os resultados consideram a caracterização geral das crianças e jovens acolhidos no estudo (Anexo 1), os motivos do acolhimento (Anexo 2), o enquadramento escolar e medidas de apoio (Anexo 3), a situação problema no acolhimento (Anexo 4), e a alteração comportamental ao longo do acolhimento e situação atual (Anexo 5). A sua análise deve ser entendida de forma global e complementar.

A tabela do Anexo 1 indica a idade de início e de término, o número de anos de acolhimento, e a atual situação dos participantes no estudo. São ainda apresentadas algumas informações complementares. Constatam-se uma diversidade na idade de acolhimento, numa duração média de 9.8 ± 5.2 anos, com início aos 9.5 ± 4.4 anos e fim aos 18.8 ± 3.8 anos, considerando anos com apoio da Associação, quer no LIJ, quer no apartamento de autonomia. Dos casos em estudo apenas três se encontram ainda numa situação ativa no acolhimento.

A tabela do Anexo 2 apresenta os motivos de acolhimento das crianças e jovens acolhidas, revelando os contextos de vida de cada situação. Entre outras, que não devem ser minoradas, destaca-se a negligência e os maus tratos que as crianças e jovens acolhidas foram submetidas durante parte do seu percurso de vida.

A tabela do Anexo 3 apresenta aspetos sobre o enquadramento escolar das crianças e jovens em estudo. Os contextos e anos de escolaridade no início do acolhimento são diferenciados. Há situações em que, devido à baixa idade da criança, ainda não tinha ingressado na escolaridade obrigatória, casos que reportam um sucesso escolar fraco,

constatando-se a tendência de rejeição da escola, e também alguns manifestando um rendimento escolar positivo. A alteração no envolvimento escolar ao longo do acolhimento foi positiva em todos os participantes. Os resultados salientam que a intervenção no âmbito da ação do LIJ, através das medidas aplicadas em conformidade com o contexto de cada aluno, possibilitou a integração escolar, ou o seu reforço, e uma valorização da importância da Escola e do sucesso escolar. A escolaridade no término do acolhimento representa essa valorização, mas também a individualidade da intervenção junto de cada criança ou jovem.

A tabela do Anexo 4 reporta situações problema no ingresso do acolhimento no LIJ. Embora a etiologia seja díspar em cada criança ou jovem, cada situação representa uma problemática e um contexto difícil. São exemplos o comportamento delinvente, uma baixa autoestima, a ausência de vínculo afetivo, casos de adoção falhada, atraso no desenvolvimento, dificuldades de aprendizagem, entre outros.

A tabela do Anexo 5 evidencia a alteração comportamental ao longo do acolhimento, bem como o ponto da situação atual. Cada participante encontra-se numa fase distinta da sua vida. Uns terminaram estudos e já constituíram uma família, mas a maioria é estudante, ainda que em diferentes níveis de escolaridade. Os resultados salientam o desenvolvimento de competências de integração social, capacidades relacionais e afetivas, ajustamento comportamental, valorização escolar, autonomia e responsabilidade, gestão do tempo e ajuste face a situações desconfortáveis, entre outros casos. Cada criança ou jovem evoluiu favoravelmente tendo como critério o seu contexto específico e ponto de partida desenvolvimental. De salientar ainda, nos casos já arquivados, a relação e o contacto regular com a instituição.

Discussão

O objetivo do presente trabalho foi examinar o efeito da ação estratégica do LIJ da Associação no sucesso educativo de crianças e jovens acolhidas. Os casos apresentados indicam que a intervenção da Associação foi positivamente diferenciadora no percurso educacional destas crianças e jovens analisadas. Como indica o Regulamento interno da Associação, considera-se a necessidade de proporcionar um ambiente normativo de vida, que lhes disponibilize experiências de vida diversificadas, ricas e adequadas às suas necessidades e potencialidades (Associação, 2016, p. 2). Podemos considerar, pelas evidências encontradas, que a ação educativa da Associação define uma estratégia que deve ser valorizada e replicada como medida de educação e integração social. A sua especificidade contextual parece promover uma efetiva operacionalização do objetivo focado em proporcionar uma intervenção através da criação de um ambiente familiar harmonioso e afetivo, promovendo

laços afetivos e vinculações positivas (Associação, 2016, p. 2). Este objetivo constitui um elemento diferenciador para o alcance das metas estabelecidas.

A resposta do LIJ considerando a idade e duração do acolhimento é diversificada. O importante parece ser a possibilidade duma resposta social, independente da idade da criança ou a necessidade de duração desse acolhimento. O Regulamento do LIJ, e as intervenções educativas decorrentes, apontam para uma resposta do acompanhamento em diferentes níveis, designadamente clínico, escolar e pedagógico, pessoal, social e afetivo, psicológico, económico e profissional.

A etiologia do acolhimento decorre das situações difíceis que cada criança ou jovem acolhido se viu inserido. De facto, verificamos que o LIJ visa “o apoio a crianças e jovens (dos zero aos 18 anos), em situação de emergência, perigo ou negligência, retirados aos seus agregados familiares de origem por decisão das CPCJ ou do Tribunal” (Associação, 2014). Trata-se de uma resposta necessária face a casos indesejados, mas existentes e reais. Como menciona Martins (2005), não obstante reservas e ceticismo em torno dos serviços de acolhimento institucional de crianças e jovens, a realidade das solicitações e da necessidade destes dispositivos impõe-se, não tendo o seu espaço, até à data, substitutos capazes.

Embora a situação escolar de cada caso analisado represente uma situação particular, parece possível concluir das alterações positivas verificadas no contexto das expectativas e do sucesso escolar. É inquestionável a importância da educação no percurso escolar dos alunos. Como nos mencionam Oliveira, Viana, Boveto e Sarache (2013), a escola abre caminhos para a construção de uma sociedade justa, democrática e equitativa, pois forma pessoas conscientes, livres e capazes de compreenderem por si mesmas a realidade do seu tempo presente. Este é o espírito manifestado na Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86 de 14 de outubro da Assembleia da República), almejando-se pela educação assegurar a igualdade de oportunidades. Fica exposta a qualidade da intervenção do acolhimento no LIJ e das medidas adotadas na valorização do percurso escolar das crianças e jovens aí acolhidos. A título de exemplo, mencionamos o participante que deixou o contexto da Educação Especial ao fim dos primeiros meses de acolhimento, tendo-se registando ao longo do mesmo uma valorização da Escola e do saber. Tal evolução decorreu, muito possivelmente, da mudança de condições e circunstâncias educativas e sociais providas pelo LIJ. A escolaridade alcançada pelos participantes do estudo no término do acolhimento - por referência à situação diagnosticada no início do acolhimento e ao percurso expectável - sugere uma ação educativa intencional desenvolvida pela instituição, valorizando o percurso escolar e os objetivos individuais.

As competências psicoeducativas das crianças e dos jovens acolhidos são distintas, identificando-se situações mais delicadas do que outras. A título de exemplo, o caso G, com atraso de desenvolvimento, implicou a integração e acompanhamento de currículo específico na escola, e mais tarde a frequência na CERCI. Com efeito, do Regulamento interno da Associação emana a procura de uma resposta efetiva – o acolhimento numa instituição – para uma necessidade social, determinada pela CPCJ e tribunal. Verificámos, pois, situações problema, profundos e diversificados, no ingresso do acolhimento. Por exemplo, a ausência de competências sociais (caso B) e de vínculo afetivo (caso F), revolta (caso D), atraso no desenvolvimento (caso G), maus tratos num contexto de acolhimento anterior (caso Q), dificuldade de aprendizagem (caso H), entre outros exemplos. Estas situações são o ponto de partida para o desenvolvimento duma intervenção educacional que visa uma recuperação comportamental ao longo do acolhimento.

Cada criança ou jovem parece ter evoluído favoravelmente ao longo do acolhimento, em função do seu contexto específico. Tal decorre da especificidade das medidas implementadas, face ao diagnóstico de acompanhamento estabelecido ao longo do tempo. Além disso, a intervenção estende-se ao contexto familiar. Constatámos dois casos (R e Q) de potenciação da recuperação da vida familiar com os progenitores. Tal surge em conformidade com a indicação do supramencionado Regulamento do LIJ.

Os vários participantes no estudo encontram-se em fases distintas da vida. A leitura dos resultados deve acompanhar este facto. Alguns são estudantes na escolaridade obrigatória (casos G, M, R), outros em diferentes níveis do ensino universitário (casos F e N na licenciatura, D no mestrado), enquanto outros já terminaram os estudos (casos B, C, G, Q). Surgiram casos favoráveis quanto ao regresso à família inicial (casos R, Q), cujo sucesso na integração resultou também duma intervenção efetuada pelo LIJ junto dos progenitores, e outros que constituíram a sua família (casos B, C, H). De referir, nestes casos emancipados, a ligação afetiva robusta que se estabeleceu com o LIJ, e o contacto regular com os membros. Vários dos residentes mais velhos ainda se encontram acompanhados (caso F, N), e ainda que a diferentes níveis, são trabalhados objetivos definidos para ao desenvolvimento das suas competências individuais.

Embora o processo em todos os acolhidos vise um desenvolvimento individual e uma integração social, o sucesso do acolhimento tem de ser medido de forma singular, a partir das capacidades e interesses de cada utente. A situação problema que conduz ao acolhimento é específica, assim como as capacidades e a individualidade da cada criança e jovem. Esta premissa é valorizada, consagrando o Regulamento do LIJ o respeito da individualidade das

crianças e jovens e a participação na definição dos seus projetos de vida, visando o desenvolvimento individual e a integração social. É notória a intenção para a busca duma integração, autonomia, felicidade e responsabilidade, enquanto adultos. Como nos refere Bruckner (2002), a trajetória da felicidade é hoje uma obsessão no mundo ocidental. Mas, mais do que isso, verificámos nos casos analisados que o processo de acompanhamento está focado na preparação para a vida, como cidadão pleno. Os dados sugerem que este conceito de vida, plasmado na análise ao Regulamento da instituição, objetivos e princípios orientadores, é vivido na prática diária da instituição, o que não é tarefa fácil. Deste modo, as evidências encontradas nos dados analisados indicam que a dinâmica do acolhimento institucional realizada no LIJ pode ser apresentada como um caso com resultados positivos passível de replicação em contextos socioeducativos similares.

Ressalta a necessidade da promoção de projetos pessoais em prol dos seus interesses superiores e da sua futura integração social. É neste quadro multifacetado que terá de se analisar o percurso e sucesso educativos de cada criança e jovem. Neste quadro, ressalva-se a necessidade de um cuidado acrescido no preenchimento detalhado dos documentos que compõe o projeto individual de cada utente. Os modelos de recolha da informação devem permitir, periodicamente, um registo simplificado, mas sem deixar de incorporar a informação essencial sobre a criança e o jovem nos vários domínios mencionados. Por exemplo, no que concerne ao acompanhamento psicológico, deve ser elaborado o relatório periódico com informações sobre o acompanhamento psicológico disponibilizado, e referenciar o estado de aquisição e desenvolvimento de competências pessoais e sociais de cada criança/jovem acolhido. Esta informação será de grande utilidade, possibilitando melhor capacitação na decisão sobre a criança ou jovem, junto do tribunal ou as equipas de trabalho multidisciplinares que apoiam as decisões jurídicas.

Face às críticas e desconfianças que podem ser tecidas sobre o acolhimento em instituições (Martins, 2005), este estudo, ainda que preliminar e de natureza exploratória, vem acrescentar evidências que sugerem o sucesso da intervenção no LIJ da Associação, reforçando a necessidade e eficácia desta estratégia de resposta social. Porém, devemos ter presente a heterogeneidade que reveste o conceito de acolhimento institucional (Martins, 2004). Tratando-se de um estudo de caso, torna-se necessário replicar o estudo abrangendo a totalidade da população, mas também realizar esta investigação noutros contextos (Taylor, Mellalieu, James, & Barter, 2010); e.g., noutras instituições e contextos de acolhimento com natureza similar. Os estudos de caso são uma metodologia adequada pois constituem uma base de conhecimento segura, ainda que de desenvolvimento alargado no tempo (Lago-

Ballesteros, 2011), suscetível de detalhar particularidades de cada contexto específico do acolhimento. Estudos futuros poderão detalhar a especificidade das medidas aplicadas às crianças e jovens e que conduziram ao sucesso do acolhimento acima relatado. Estas carecem de aprofundamento.

Conclusão

O acolhimento no LIJ da Associação apresenta-se como uma medida educativa com um efeito diferenciador na vida das crianças e jovens acolhidos. Constata-se uma valorização da socialização em interação com os outros valores normativos de conduta. Evidencia-se, ainda, uma evolução positiva no rendimento escolar alcançado e nas expectativas para o desenvolvimento, embora ajustado às capacidades de cada criança e jovem. Em suma, reconhece-se um desenvolvimento das competências pessoais e psicológicas dos jovens acolhidos. O conceito de cuidado com a individualização parece ser operacionalizado nos processos de desenvolvimento exercidos na instituição no dia-a-dia. Em suma, o presente estudo de caso evidencia que o acolhimento em lar pode possibilitar uma boa solução para o desenvolvimento educacional de crianças e jovens em risco, alicerçando a intervenção nos planos individuais definidos. Os resultados ajudam a compreender a dinâmica dos procedimentos e a possibilidade da mudança. A intervenção social para criar mecanismos de suporte ao acolhimento, como constitui um exemplo positivo o trabalho realizado pelos técnicos do LIJ na Associação, tem uma vantagem dupla. Ao mesmo tempo que se opera uma resposta para as necessidades de acolhimento de cada utente, também se dinamiza a comunidade local pelo emprego constituído e dinâmica criada em torno da instituição. A replicação da experiência do LIJ noutras instituições é algo que consideramos desejável.

Referências

- Associação (2014)¹. Informação da Associação disponibilizada no sítio da internet.
- Associação (2016)¹. Regulamento interno de funcionamento da Associação.
- Bruckner, P. (2002). *A Euforia Perpétua. Ensaio sobre o dever da felicidade*. Cruz Quebrada, Portugal: Editorial Notícias.
- ISS-IP (Instituto de Segurança Social – Instituto Público). (2017). *Relatório CASA 2016: Caracterização anual da situação do acolhimento das crianças e jovens*. Lisboa, Portugal: Autor.
- Lago-Ballesteros, J. (2011). *Influencia de los condicionantes estratégicos e las variables situacionales en el rendimiento de la fase ofensiva en futbol*. (tese de doutoramento não publicada). Universidade de Vigo, Vigo, Espanha.
- Lei n.º 46/86 de 14 de outubro da Assembleia da República. Diário da República: I-série, No 237 (1986). Retirado a 12 de janeiro de 2019 de www.dre.pt
- Martins, A. (2015). *Qualidade do acolhimento residencial de crianças e jovens em Portugal: Que acordo entre as diferentes vozes?* (dissertação de Mestrado não publicada). Universidade do Porto, Porto, Portugal.
- Martins, P. (2004). *Proteção de crianças e jovens em itinerários de risco. Representações sociais, modos e espaço* (tese de doutoramento não publicada). Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Martins, P. (2005). *A qualidade dos serviços de proteção às crianças e jovens: As respostas institucionais*. Comunicação apresentada no VI Encontro Cidade Solidária: Crianças em risco: será possível converter o risco em oportunidade?. Lisboa, Portugal.
- Oliveira, T., Viana, A., Boveto, L., & Sarache, M. (2013). Escola, conhecimento e formação de pessoas: considerações históricas. *Políticas Educativas*, 6(2), 145-160.
- Simões, M. (2011). Crianças e jovens em perigo: Cuidado e responsabilidade no acolhimento institucional. In T. S. Pereira, & G. Oliveira (Eds.), *Cuidado e Responsabilidade* (pp. 202-221). São Paulo, Brasil: Editora Atlas.
- Taylor, B. J., Mellalieu, D. S., James, N., & Barter, P. (2010). Situation variable effects and tactical performance in professional association football. *International Journal of Performance Analysis in Sport*, 10(3), 255-269. doi:10.1080/24748668.2010.11868520

¹ A informação sujeita a revelar a designação da Associação foi propositadamente eliminada das referências, de modo a preservar o anonimato dos participantes. Por este motivo, estas referências não respeitam as normas da APA.

Anexo 1

Tabela 1

Caracterização geral das crianças e jovens alvo do estudo.

Identificação	Sexo	Idade de ingresso	Idade de término (a)	Número de anos acolhido	Número de anos com apoio (b)	Acolhimento com irmãos	Observações
B	Masculino	13	21	8	15	Sim. Um	12 Irmãos. Passou para o AA (b)
C	Feminino	9	20	11	12	Sim. Um	12 Irmãos. MAV
D	Masculino	9	21	12	17	Sim. Três	Passou para o AA (b)
F	Masculino	2	20	18	18	Sim. Três	Estuda no Ensino Superior
G	Masculino	4	22	18	18	Sim. Três	NEE-CEI. Medicada
H	Feminino	12	20	13	9	Sim. Três	MAV. Passou para o AA (b)
M	Feminino	8	13	5	5	Não	8 anteriores acolhimentos distintos
N	Masculino	14	20	6	6	Sim. Um	Adoção falhada
Q	Feminino	17	21	4	4	Não	Veio de família de acolhimento
R	Masculino	7	10	3	3	Não	

Nota. ** Medida de apoio junto de família idónea; # Medida de apoio junto dos pais; ° Encontra-se com medida de autonomia de vida na Associação; NEE-CEI: Necessidades Educativas Especiais, currículo específico individual; AA – Apartamento de Autonomia – Associação; (a) Idade de término considerando anos com apoio, ora lar ou AA; (b) Aos 21 anos inserção no AA (sem medida, pois na altura não era possível ultrapassar os 21 anos). Continuaram com apoio; MAV – medida de autonomia de vida.

Anexo 2

Tabela 2

Motivo do acolhimento no LIJ das crianças e jovens alvo do estudo.

Identificação			Situações a reportar		
B	Negligência	Maus-tratos	Exposição a comportamentos desviantes	Absentismo escolar e retenções escolares várias	Delinquência juvenil, posse de arma, correio de droga e vigilância para furtos
C	Negligência	Maus-tratos	Exposição a comportamentos desviantes	Absentismo escolar	
D	Negligência	Maus-tratos			
F	Negligência	Maus-tratos			
G	Negligência	Maus-tratos			
H	Negligência	Abuso			
M	Negligência	Exposição a comportamentos desviantes			
N	Conflito familiar	Adoção falhada			
Q	Maus-tratos em família de acolhimento				
R	Negligência				

Anexo 3

Tabela 3

Enquadramento escolar e medidas de apoio às crianças e jovens alvo do estudo.

Identificação	NEE / dificuldades de aprendizagem	Escolaridade no ingresso	Situação escolar no acolhimento		Medidas aplicadas alargadas ao contexto global do aluno	Alteração escolar ao longo do acolhimento	Escolaridade no término acolhimento
B	Não	5º ano	Rejeição face à escola	Retenções. 7 níveis inferiores a três; 7 processos disciplinares	1, 2, 3, 4, 5, 6	Tornou-se bom aluno progressivamente. Nunca mais ficou retido. Melhorou notas. Começou a valorizar a escola e o saber.	Mestrado
C	Sim	2º ano	Rejeição face à escola	Absentismo escolar	1, 2, 3, 4, 6	Deixou a educação especial ao fim dos primeiros meses. Não mais reprovou. Valorizou a escola e o saber.	12º ano
D	Não	4º ano	Boa relação com a escola		1, 2, 3, 4, 6	Bom aluno. Empenhado.	A frequentar Mestrado
F	Não	---	Ainda não frequentava		1, 2, 3, 4*, 5, 6	Aproveitamento razoável. Gosta da escola, estuda pouco. Percebeu a pertinência do conhecimento e da escola.	A frequentar Licenciatura
G	Sim (CEI)	---	Ainda não frequentava.	Atraso de desenvolvimento moderado.	1, 2, 3, 4, 5, 7, 8	Frequentou a escola até ao 9º ano com planos curriculares alternativos. Adquiriu conhecimentos básicos, como leitura e escrita.	3º Ciclo (9º ano) e frequência da CERCI, concluindo a formação

H	Sim	4º ano	Dificuldades de aprendizagem	Retenções	1, 2, 3, 4, 6	Tornou-se aluna razoável. Nunca mais ficou retida. Valorizou o saber e a escola, quis prosseguir os estudos.	Licenciatura
M	Não	3º ano	Boa aluna		1, 2, 3, 4	Aluna ótima.	A frequentar 9º ano
N	Não	8º ano	Aluno razoável		1, 2, 3, 4, 6	Melhorou os resultados escolares. Alargou expectativas face à escola. Percurso escolar positivo.	A frequentar Licenciatura
Q	Não	11º ano	Aluna razoável		1, 2, 3, 4	Melhorou nos resultados escolares.	Licenciatura
R	Não	1º ano	Baixo sucesso escolar	Retenção. Enurese e encoprese. Hiperatividade	1, 2, 3, 4, 9	Melhorou nos resultados escolares. Excelente aluno.	A frequentar escolaridade obrigatória

Nota. Medidas aplicadas, alargadas ao contexto global do aluno: 1. Aplicado o modelo educativo do LIJ centrado na individualidade, proximidade e cidadania; 2. Apoio escolar regular e métodos de estudo; 3. Inclusão em atividades extracurriculares; 4. Plano integrado de educação; 5. Apoio psicológico; 6. Programa de competências pessoais e sociais; 7. Necessidades Educativas Especiais: Currículo Específico Individual (CEI); 8. Apoio de Pedopsiquiatria; 9. Regulação da medicação.

Anexo 4

Tabela 4

Situação problema no ingresso do acolhimento no Lar das crianças e jovens alvo do estudo.

Identificação		Situações problema no ingresso		
B	Comportamento delinquente	Ausência de competências sociais	Dificuldade em agir em conformidade com normas básicas de boa educação	Violento no trato com adultos
C	Muito introvertida e inibida	Poucas competências interpessoais	Dificuldades de aprendizagem	
D	Negligência	Relação de vinculação a uma avó. Muito revoltado face à institucionalização	Relação desregulada com a comida	
F	Ausência de vínculo afetivo			
G	Atraso de desenvolvimento moderado.	Não falava, apenas repetia sons. Maneirismos, parafrasia	Ausência de vinculação	Dificuldade com as alterações à rotina
H	Dificuldades de aprendizagem	Mentira compulsiva	Baixa resistência à frustração	
M	Oito acolhimentos distintos, aos oito anos de idade			
N	Adoção falhada, vindo da família que a adotou			
Q	Baixa autoestima e timidez.	Maus tratos em família de acolhimento.		
R	Hiperatividade	Enurese e encoprese	Retenção escolar	

Anexo 5

Tabela 5

Alteração comportamental ao longo do acolhimento e situação atual das crianças e jovens alvo do estudo.

Identificação	Alteração comportamental ao longo do acolhimento				Situação atual	
B	Progressivamente adotou um comportamento disciplinado	Focado nos seus objetivos de vida	Persistente e muito empenhado nas tarefas escolares	Progressivamente desenvolveu competências sociais	Comportamento tornou-se ajustado	Integrado socialmente: responsabilidades matrimoniais, socialmente competente. Comprometido com o trabalho. Dedicado aos amigos e aos seus. Trabalhou no LIJ. Mantém contacto regular com jovens da "casa"
C	Progressiva autonomia nas responsabilidades	Excelente relação com pessoas de referência	Valorizou a escola e o saber	Desenvolveu com facilidade relações interpessoais com adultos e crianças/ jovens		Integrada socialmente: responsabilidades matrimoniais. Tem uma filha. Emigrou. Muito trabalhadora. Autónoma e responsável. Boa rede de familiares e amigos. Vem a "casa" sempre que regressa a Portugal. Namoro estável.
D	Desenvolveu a autonomia e as capacidades relacionais.	Excelente relação com o irmão e as outras crianças, bem como com os adultos.	Valorizou a escola e o saber.	A vergonha e dificuldades em aceitar a situação de acolhimento foi dissipando ao longo dos anos.	Revela competências relacionais e sociais.	Equilibrou a relação com a comida. Autónoma e responsável. Boa rede de familiares e amigos. Vem a "casa" sempre que regressa a Portugal. Namoro estável. Autónomo, gere o seu tempo, espaço, dinheiro, vida de forma integrada. Part-time na restauração. Mantém a frequência regular da "casa".

F	A trabalhar ainda as questões da autonomia, a gestão de tempo, espaço e dinheiro.	Bom relacionamento e muita proximidade aos irmãos.	Percebeu a pertinência do conhecimento e da escola.	Revela boas competências sociais e facilidade em estabelecer amizades. Estabeleceu fortes vínculos afetivos com alguns funcionários. Sente de forma intensa esta casa como a sua. Reage de forma emocional à entrada e saída de crianças ou jovens.		Estudante universitário com part-time. Jovem muito afetuoso e atento. Em desenvolvimento na autonomia, gestão de tempo, espaço e dinheiro.
G	Atraso de desenvolvimento moderado, mas autonomia para várias atividades de dia-a-dia. Ultrapassou parte das dificuldades em partilhar.	Trabalhou competências sociais. Estabeleceu vínculos com funcionários. Relação de grande proximidade com os irmãos.	Adquiriu conhecimentos básicos, como leitura e escrita. Aprendeu a gerir dinheiro.	Reage de forma mais positiva às alterações à rotina e de forma menos agressiva. Desenvolveu competências para lidar com as alterações à rotina	Desenvolveu autocontrolo.	Necessita de acompanhamento próximo. Trabalha num centro Social, programa de emprego apoiado. Medicada.
H	Autónoma, integrada socialmente.	Com o passar dos anos deixou a mentira. Diminuiu os amuos.	Valorizou a escola e o saber.	Desenvolveu competências pessoais e sociais. Mantém relações sociais positivas.		Saiu com medida de autonomia de vida. Trabalha, vive em união de facto. Muito empenhada com a "casa".
M	Desenvolveu fortemente as competências de relacionamento interpessoal e sociais.	Integrada nos diferentes contextos.				Boa aluna, ainda a frequentar a escolaridade obrigatória. Foi acolhida por ex-funcionária do Lar. Jovem muito sedutora, bem integrada e extramente competente em termos de relações interpessoais.
N	Autónomo e sociável.	Jovem a melhorar a sua gestão de dinheiro e espaço.	Melhorou os resultados escolares, tendo alargado expectativas face à escola.	Integrado numa prática desportiva.		Frequenta universidade, sendo bom aluno. Jovem muito sociável. Boas relações de amizade.

Q	Jovem dócil e bem integrada. Melhorou significativamente a autoestima.	Relações de grande proximidade com adultos e crianças.	Capaz de gerir com facilidade tempo, espaço e dinheiro.	O trabalho das competências parentais potenciou o regresso à família biológica.	Muito competente em termos de competências sociais.
R	Criança dócil e brincalhona. Estabeleceu relações de grande proximidade com adultos e crianças.	No prazo de um mês deixou a enurese e encoprese.	Deixou medicação.	Melhoria do rendimento escolar.	Foi viver com os pais (recentemente). Com muitos amigos, autónomo, bem-disposto e com múltiplas competências sociais.
